

**A Impressão Régia e as práticas de homenagem:
dedicatórias impressas no Brasil joanino**

Ana Carolina Galante Delmas*

Resumo: O presente artigo se debruça sobre a prática do oferecimento de dedicatórias impressas, representativas das relações de mecenato, símbolos das relações políticas apoiadas na hierarquia vigente, e das trocas efetuadas por poder e influência. Em uma época em que viver da própria pena era um desafio, o oferecimento público de lealdade e submissão através das páginas dos livros abria possibilidades de inclusão na sociedade de corte e de aquisição das benesses reais. No contexto da chegada da Família Real, a necessidade de conquistar mercês e prestígio fez com que as primeiras publicações da Impressão Régia contassem com dedicatórias. Muitas obras dirigiram-se a figuras importantes; em especial ao soberano D. João. Analisando a utilização desses elogios ao longo da trajetória de muitos letrados, pode-se observar que a prática atravessou o oceano e perdurou ao longo do oitocentos no Brasil.

Palavras-Chave: Mecenato - Família Real - História do Livro

Abstract: The present essay works with the offering of printed dedicatories, representatives of patronage, symbols of the politic relationships based on the effective hierarchy, and of the exchanges seeking power and influence. In a time when live of its own quill was a challenge, the public offering of loyalty and submission through the pages of the books could open possibilities of inclusion into the court society, and also of acquiring royal emoluments. In the context of the arrival of the Portuguese Royal Family, the necessity of indults and influence leaded the first publications of Impressão Régia to contain dedicatories. Many publications were addressed to important personalities; specially the sovereign D. John. Analyzing this complements utilization throughout the trajectory of many literate men, it is possible to conclude that the offering practice crossed the ocean and remained along the Eighteen Century in Brazil.

Key-Words: Patronage - Portuguese Royal Family - History of Books

* Mestranda em História Política / UERJ. Orientador: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves.
anacdelmas@globocom

A prática das dedicatórias tomou forma no complexo contexto do Antigo Regime que, apesar de ter suas estruturas abaladas pela Revolução Francesa, deixou permanências no ambiente da Europa do Século XIX e também do Brasil oitocentista. Mesmo perspectivas divergentes em relação à ruptura total e ao desmoronamento de determinados aspectos concordam que o referido sistema deixou marcas por várias décadas subsequentes. Uma dessas permanências foi a prática das dedicatórias, reflexo da continuação das relações de mecenato, e demonstração de que a hierarquia social não foi tão profundamente modificada.

As relações entre soberanos e letrados fazem parte de práticas ligadas ao Antigo Regime e a seu complexo sistema de mercês e concessões, presentes de forma latente nos costumes e hábitos da corte. Nessa sociedade, estavam presentes, nos mais diversos aspectos, os privilégios e as estruturas de manutenção do poder, por parte do rei e dos indivíduos; o valor era determinado pela importância social, adquirido pelo reconhecimento dos demais. (BOURDIEU, 1974: 119). A independência do soberano em relação aos demais é por sua vez algo apenas aparente; este também se apóia no sistema de trocas e privilégios para manter sua valorização: torna todos seus dependentes para que continuem reunidos à sua volta. (ELIAS, 2001: 151)

A dedicatória impressa era personificação da troca de benefícios por prestígio e afirmação de poder; manifestação textual dessa relação de interdependência, da troca de poder simbólico por privilégios com rendimentos materiais. O grupo de letrados da elite era dotado ou procurava dotar-se de instrumentos materiais e culturais que lhe permitisse assegurar o monopólio da cena política, do privilégio e da concentração do poder; em geral, tempo livre e capital cultural. Soma-se a essas características a capacidade de produzir um bem cultural digno de ser oferecido, e que também pudesse ser reconhecido pelos demais como símbolo de afirmação e enaltecimento do poder do rei - um bem cultural que fizesse uma declaração pública do poder real expressiva a ponto de ser recompensado por isso.

É fundamental compreender a importância do livro e buscar apreender o desenvolvimento das relações à sua volta. Os livros sempre exerceram grande poder de atração e foram utilizados para os mais diversos propósitos, assim como suas dedicatórias. O conteúdo dos livros pode representar uma passagem para um mundo diferente, abrindo a via para pensamentos mais longínquos do que os normalmente permitidos, fazendo com que aqueles que acessassem os livros fugissem ao controle dos que queriam exercer vigilância. (CANFORA, 2003). Nem mesmo o mundo iletrado foi capaz de impedir a disseminação desses impressos: levou ao surgimento de práticas comuns ao Antigo Regime, como a leitura

em voz alta, direcionada a um grupo de ouvintes, levando as idéias a um extenso grupo de pessoas.

Mesmo com várias modificações ao longo de sua história, esses impressos nunca perderam suas características de sinais e instrumentos de poder, ligados às elites políticas, culturais e econômicas, ou seja, àqueles que acumulavam não apenas privilégios culturais (do saber e da escrita), mas da capacidade econômica de estar cercado de livros. Vistos como ameaçadores do sistema vigente, eram, muitas vezes, considerados perigosos, incluídos em órgãos de censura como a Real Mesa Censória, em Portugal. A proibição de um livro, no entanto, raramente cumpriu sua função, uma vez que aguçava ainda mais a curiosidade dos leitores, chegando mesmo a aumentar sua circulação. (DIDEROT, 2002: 10). De fato, foram disseminadores de idéias e cultura, formadores de opinião e símbolo do chamado processo civilizador. (ELIAS, 2001)

Ao longo da história do livro, novos papéis foram se constituindo: um dos primeiros que se destacaram foram os livreiros-editores. Preocupados com o lucro e com os rumos da lógica editorial, o livreiro-editor foi responsável por grandes inovações materiais, comerciais e culturais (OLIVERO, 1999: 58) que contribuiriam, invariavelmente, como guias das práticas de leitura e do próprio processo civilizador. O papel do autor, por sua vez, foi uma questão que percorreu todo o Antigo Regime, até alcançar uma conceituação mais precisa, caracterizando-se mesmo uma certa indefinição sobre seu próprio conceito. O direito de declarar a autoria de uma obra é algo que começa a ser delineado, mas que permanece sem uma caracterização sólida, até meados do Século XIX. (NEVES, 2004) Dos elementos que compõe o livro e seu lugar social, o autor foi, portanto, o último a se estabelecer. O direito autoral não tinha, então, cunho de propriedade intelectual, que garantiria ao autor vendê-la ou fazer qualquer acordo acerca da obra. Como qualquer privilégio, poderia ser revogado ou mesmo ignorado, resultando na perda dos direitos e na impressão não autorizada de livros. (DIDEROT, 2002:48-49)

A instabilidade acerca da propriedade intelectual personificava o principal motivo da inconstância da vida do homem de letras. Não era possível viver da própria pena, fazendo com que o autor procurasse outros trabalhos, especialmente os cargos públicos. Buscavam também o apoio de um mecenas, alguém que fosse capaz de lhes oferecer tanto um suporte financeiro quanto a estabilidade de que necessitavam para se dedicarem às suas obras. Os cargos públicos eram conseguidos por meio do mesmo prestígio, das mesmas trocas com que se acordavam as práticas do mecenato. E eram variadas as considerações que determinavam o

patrocínio do Estado, recompensando-se em certos casos, letrados cujos escritos constituíssem propaganda favorável ao regime vigente.

No processo para a aquisição de tais privilégios, para os letrados de qualquer origem, encontram-se as dedicatórias impressas. Esse era um procedimento carregado de simbologia, que abria as portas e garantia o futuro de muitos letrados. Além disso, o mecenato privado era menos almejado que o apoio de um soberano; aqueles que não podiam contar com suas propriedades, cargos ou rendas, aparentemente eram agradecidos por depender de gratificações da realeza. O amparo de um soberano ia além das ambições de um mecenas opressor: com a proteção de um soberano, apesar de algumas concessões serem necessárias, como as obras encomendadas, o letrado sofria menos censura e podia obter maior liberdade para seu pensamento e seu espírito filosófico. (CHARTIER, 1997:121-122)

Como o poder de um mecenas da realeza era superior ao de qualquer outro, não surpreende, portanto, o número de dedicatórias direcionadas aos soberanos. A dedicatória personificava, no universo dos livros, a relação de patronato e proteção já existente nas relações sociais. No contexto do Antigo Regime, o oferecimento de um livro ao soberano, com o objetivo de elogiá-lo e homenageá-lo, constituiu um dos gestos mais tradicionais de submissão do autor e uma das melhores formas de atrair-lhe as boas graças. Estabelece-se uma relação entre autor e soberano, ao se publicar uma dedicatória, e essa relação iniciava-se, nas primeiras páginas de um livro, saído de um prelo.

O ato de homenagear o soberano, por meio da dedicatória de uma, em geral, esperava por uma recompensa, nem sempre recebida, sem que isso significasse um abalo na prática da dedicatória. Em uma sociedade de trocas, a dedicatória favorecia aquele que oferecia a homenagem e, também, ao soberano que, elogiado e reconhecido, muitas vezes, como fonte de inspiração, colecionava em sua biblioteca símbolos de seu poder absoluto. A homenagem atendia, assim, aos interesses de ambos, estabelecendo-se como recurso bastante valioso e necessário na Europa. As dedicatórias são capazes de estabelecer uma primeira rede ao redor daquele que oferece a homenagem, possibilitando uma aliança entre soberanos, grandes e escritores ou eruditos, ligada a uma Europa das Luzes. (DUPRONT, 1976) A utilização da dedicatória, por conseguinte, uniu homens de letras que visitavam idéias filosóficas iluministas, a uma valorização das formas clássicas de mecenato.

Ainda no Século XVIII, a dedicatória apresentava-se como uma das melhores formas de atrair as boas graças de um rei. (CHARTIER, 1996:190) Especialmente no ambiente do Antigo Regime, em que o aspecto físico das obras era altamente considerado, e o material com que se fabricava a página tão importante quanto a mensagem nela impressa.

(DARNTON, 1996: 401-402) O oferecimento de uma obra estava ainda sujeito a outra ocorrência, a da apropriação de uma publicação. A valorização do ato de se dedicar uma obra, e dos privilégios que poderiam ser adquiridos, levou livreiros e tradutores a se apropriarem de uma obra para dedicá-la. Doavam obras que não haviam escrito, utilizando-se do texto das dedicatórias para buscar para si a proteção real, o que ocasionava rivalidade, especialmente entre o autor da obra e aquele que havia produzido a edição.

Os elogios impressos funcionaram em sociedades nas quais circulavam poder, dinheiro e vontade dos poderosos – nem sempre estáveis –, e, portanto, sujeitas às possibilidades de mudanças. Quando bem sucedido o tributo, o que homenageava garantia um mecenas, um protetor; ao ser elogiado, o soberano sentia-se louvado e demonstrava seu poder sobre os demais. Com a compilação de várias obras dedicadas, várias jóias na coleção, a biblioteca passava a ser mais do que uma coleção de riquezas ou de obras úteis, mas “um espelho onde se reflete o poder absoluto do príncipe”. (CHARTIER, 1996:199)

Independentemente de serem organizadas em uma coleção, as dedicatórias destacaram-se como objeto personificador da troca de poder simbólico, como representação do reconhecimento público de submissão ao poder do soberano. Essas relações de mecenato, características do Antigo Regime, também se manifestaram no *Antigo Regime dos trópicos*. (FRAGOSO, 2001) Mesmo na América Portuguesa, já se manifestavam características político-sociais, acolhedoras para esse tipo de trocas simbólicas. Antes mesmo das primeiras publicações da Imprensa Régia contarem com páginas destinadas às dedicatórias, reproduzia-se no Brasil um débil ambiente europeu: sua política, burocracia e suas relações de sociabilidade foram trazidas pelos portugueses, características que seriam compartilhadas de forma mais profunda após 1808.

O sistema de mercês era prática antiga na sociedade lusa, forma de acumulação presente em todo o âmbito do Antigo Regime português, uma vez que produzia súditos para a Coroa, gerando laços de lealdade e interdependência. A chamada “economia do bem comum” apoiava-se na concessão de privilégios, pelo Rei ou por suas autoridades, em troca de serviços prestados, como garantia de monopólios e apoio político. Essa rede de alianças, baseada em uma rede de reciprocidades, por meio de dons e contradons, era arquitetada em nome da manutenção do “interesse do bem comum” e do “bem-estar dos vassallos”; leia-se do bom funcionamento do governo e dos interesses da coroa, admitidos como o bem comum. Tal sistema permitia não somente o monopólio de bens e serviços indispensáveis ao público,

como a estruturação de um mercado regulado pela política e uma hierarquização social excludente, típica do Antigo Regime. (FRAGOSO, 2001:29-50)

Para organização e afirmação do governo de D. João no Brasil, fez-se necessária a distribuição de títulos, comendas, honras, mercês, cargos públicos e privilégios. Essas benesses, porém, foram menos generosas com os naturais da terra, que, além de representarem um número menor de indivíduos que receberam títulos, também foram agraciados com titulações mais baixas na hierarquia nobiliárquica, perdendo espaço para os recém chegados portugueses. (OLIVEIRA LIMA, 2006) Ainda assim, as elites da América Portuguesa não deixaram de buscar pelo aumento de sua distinção social.

O ato régio de concessão de honras e privilégios, aos súditos de origem portuguesa ou aos nascidos no Brasil, foi elemento que instituiu a chamada “economia do dom”, em que os beneficiados passaram a estar ligados ao monarca por uma rede assimétrica de relações de trocas de favores e serviços. O favorecimento pelo rei era procurado por ter o poder de aumentar o *status* de nobreza e grandeza, o que contribuía para a formação de uma sociedade altamente hierarquizada e excludente. Além disso, essas concessões eram demonstração do esforço do rei em controlar a representação dos indivíduos na sociedade, regulando da mesma forma as delimitações hierárquicas. (FRAGOSO, 2001:206) A exclusividade sobre a distribuição dos privilégios concedia ao monarca domínio sobre as estruturas sociais e institucionais, tanto na corte quanto em suas periferias.

A vinda da Família Real e a abertura da Imprensa Régia permitiram que tais relações características de uma “economia do dom” fossem traduzidas em sua forma impressa, concedendo novas oportunidades, especialmente à elite de letrados. O indivíduo que requeria uma mercê ou oferecia uma homenagem, em troca das boas graças reais, reafirmava sua obediência como súdito. A legitimidade dessa troca de favores não garantia, no entanto, no caso das dedicatórias impressas, a obrigatoriedade da retribuição. Os acontecimentos do ano de 1808 permitiram, por conseguinte, uma nova dinâmica das relações de uma “economia política de privilégios”, que relacionava, em termos políticos, o discurso da conquista e a lógica das graças inscrita na economia de favores estabelecida por meio da comunicação pelo dom. (FRAGOSO, 2001:219) Esta já ocorria desde meados do Século XVII, uma vez que o Brasil era área privilegiada na hierarquia espacial do Império Português, mas diante da nova situação política, assumiu novas feições em uma sociedade dominada pelo *ethos* aristocrático, abrindo mais espaço para os súditos nascidos na antiga colônia.

No início do Século XIX a antiga colônia apenas começava a se estruturar em sede da monarquia: os letrados estavam sujeitos a um fraco mercado literário, o que os tornava

fundamentalmente dependentes do poder da Coroa, fato que se perpetuou ao longo de quase todo o oitocentos. Assim, para sobreviverem, necessitavam das benesses reais para manter uma carreira estável e alcançar cargos na burocracia administrativa. No ambiente luso-brasileiro – carente de um público consumidor mais amplo, que pudesse proporcionar aos produtores dos bens simbólicos determinada autonomia –, era a Coroa quem assumia a função não somente de mercado para os bens simbólicos que surgiam, mas de instância de reprodução, difusão e, especialmente, de consagração para eles. Não havia espaço, assim, para a ruptura de vínculos com uma economia de mecenato; o sistema de produção e circulação de bens simbólicos estava sujeito a determinados critérios de avaliação dos produtos por parte da Coroa – que ainda era principal responsável pelo reconhecimento do valor desses bens, concedendo-lhes tanto remuneração material quanto simbólica.

O contexto do Brasil que recebeu D. João e sua corte assemelha-se ao contexto de Portugal do início do oitocentos: um alto número de iletrados, uma cultura fortemente marcada pela oralidade e uma cultura escrita reservada apenas a alguns homens notáveis (NEVES, 1999: 665-697). Em um Rio de Janeiro colonial, a recriação do aparelho central do Estado português e a demanda pela modernização de acordo com o modelo europeu alteraram drasticamente o estilo de vida. Os desejos de D. João de permanecer no Rio de Janeiro aproximaram a cidade de forma efetiva ao *status* de capital do império luso-brasileiro. Embora visto como um monarca cujos traços de caráter se sobrepujam às habilidades políticas, D. João demonstrou-se responsável pelo impulso de emancipação intelectual e, logo, pela formação de intrincadas redes de práticas culturais no Brasil. A Imprensa Régia, além de documentos oficiais, cuidou da publicação de jornais, de obras de cunho científico e literário, e de folhetos políticos. O ritmo crescente de publicações estimulou o estabelecimento de livreiros e livrarias, mas ainda assim, para a restrita elite letrada, vivendo em uma cidade com um fraco mercado literário, o uso das dedicatórias atingiu grande importância.

Pode-se observar que as primeiras publicações da Imprensa Régia já contavam com páginas destinadas às dedicatórias. As homenagens escritas pelos componentes da elite intelectual do Brasil tinham na retórica a tônica de seus discursos, fundamentando argumentações específicas para o público (ou indivíduo) a que se dirigia, capazes de seduzir o leitor, envolvendo-o para se atingir o objetivo desejado (CARVALHO, 2000). O tom laudatório visava convencer o soberano da lealdade e do merecimento de favores e mercês. Talvez devido à existência de uma elite intelectual numericamente reduzida, observam-se

possibilidades variadas para o uso das homenagens impressas. De certo, os letrados pareciam disputar o título de “o mais fiel e humilde vassalo”, encerramento padrão das dedicatórias. Estas, geralmente permeadas de garbosos elogios e, muitas vezes, procurando justificar o conteúdo e o motivo da publicação, poderiam ser utilizadas não só como um marco inicial, um impulso à trajetória do autor, mas ainda como forma de sugerir o apoio a outros textos, de garantir o privilégio sobre a comercialização da obra e, sobretudo, como agradecimento pelo que já havia sido recebido, como uma forma de manutenção de uma relação já estabelecida.

Letrados como Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, Domingos Borges de Barros, Jose Correa Picanço, Manoel Arruda da Câmara, Joaquim da Rocha Mazarem, Paulino Joakim Leitão, José Manoel da Camara, Domingos Ribeiro dos Guimaraens Peixoto, José Silvestre Rebello, José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, Bernardo Avellino Ferreira e Souza, Marcos Portugal, José da Silva Lisboa, Domingos Alves Branco Muniz Barreto e ainda outros fizeram uso de obras oferecidas ao soberano para iniciar ou impulsionar suas trajetórias.

Joaquim da Rocha Mazarem veio para o Brasil com a família real, na qualidade de cirurgião. Foi Cavaleiro da Ordem de Cristo, Lente da Regia Cadeira de Medicina Operatória, Primeiro Cirurgião do Número da Armada Real e Cirurgião da Primeira e Segunda Enfermarias do Hospital Real dos Exércitos e Armadas. Em seu *Tratado de inflamação, feridas, e ulceras extrahido da nosographia cirurgica de Anthelmo Richerand*, Mazarem utilizou-se do espaço da homenagem para ratificar sua posição de súdito fiel e agradecer as benesses, que lhe haviam sido dadas, através da concessão de vários cargos:

“Nomeado Lente de huma das Cadeiras Medico-Cirurgicas, que V.A.R. mandou estabelecer no Hospital Real Militar desta Corte; incumbido juntamente do tratamento das molestias cirurgicas dos enfermos das Reaes Armadas no mesmo hospital, aonde concorrem os alumnos, que se dedicação á arte de curar; vi a falta que ha de autores, e de livros desta sciencia no nosso idioma, por onde elles se podessem applicar.

Os meus limitados conhecimentos, não permittião o poder formar huma doutrina, que lhes servisse de instrucção, e me servi (para fazer hum tratado de inflammação, feridas e ulceras) da Nosografia de Richerand. Eis o pequeno fructo do meu trabalho; seja o Augusto Nome de V.A.R. quem lhe sirva de egide para a mordaz critica.

Digne-se pois V.A.R. de acceitar o insufficiente tributo que offerece com o mais profundo respeito,

O mais humilde, e fiel vassalo,

Joaquim da Rocha Mazarem” (MAZAREM, 1810)

Ao regressar para Lisboa, em 1822, foi ainda nomeado pelo soberano como Lente da cadeira de Arte Obstetrícia da Escola Médica-Cirúrgica de Lisboa. (SILVA, 1860: 150-151)

Das 1.428 obras publicadas pela Imprensa Régia, mais de 200 foram, explicitamente, dedicadas a alguma figura de destaque. Destas obras, quase 100 dirigiam-se a D. João, e algumas, a outros membros da Família Real: os Infantes, as Infantas e D. Maria I. Nomes como o Conde de Linhares, Conde de Oeiras, Conde das Galveas, Conde da Barca, além da Condessa de Linhares (em ocasião da morte de D. Rodrigo de Souza Coutinho); José Correa Picanço; Paulo Fernandes Vianna; Bernardo Avellino Ferreira e Souza; Cypriano José Freire; D. Anna Justina Correia da Silva; D. Fernando José de Portugal; D. Manoel de Portugal e Castro; D. Miguel Pereira Forjaz; Duque de Wellington; e Pe. Mestre Frei Jozé Marianno da Conceição Veloso, entre outros, também figuravam na lista de homenageados. Ao longo da segunda década do século XIX, as homenagens a D. João VI diminuíram gradualmente, voltando suas atenções para D. Pedro e para outros membros da cena política, adaptando-se as mudanças políticas e perdurando ao longo do século XIX no Brasil.

FONTES

MAZAREM, Joaquim da Rocha. *Tratado de inflamação, feridas, e ulceras extrahido da nosographia cirurgica de Anthelmo Richerand*. Rio de Janeiro, Na Imprensa Régia, 1810.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1813.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CANFORA, Luciano. *Livro e Liberdade*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra & Ateliê Editorial, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. In: *Topoi*, nº1, Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2000.

CHARTIER, Roger. “O Homem de Letras”. In: Michel Vovelle (dir.) *O Homem do Iluminismo*. Lisboa, Presença, 1997.

_____. “O Príncipe, a Biblioteca e a Dedicatória”. In: M. Baratin e Christian Jacob. *O Poder das Bibliotecas – a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2000.

DARNTON, Robert. *O iluminismo como negócio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIDEROT, Denis. *Carta sobre o comércio do livro*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002.

DUPRONT, Alphonse. *L. A. Muratori et la société européenne des pré-lumières*. Firenze: Leo S. Olschki, 1976.

- ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.
- FRAGOSO, João, et al. *O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México, Mapfre/Fondo de Cultura Económica, 1992.
- LIMA, Oliveira. D. *João VI no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. “Do privilégio à propriedade literária: a questão da autoria no Brasil Imperial (1808-1861)”. In: *Anais eletrônicos do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro. <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br>. 2004.
- _____ & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- OLIVERO, Isabelle. *L’Invention de la Collection. De la diffusion de la littérature et des savoirs à la formation du citoyen au XIX siècle*. Paris : Editions de L’IMEC, 1999. p. 58.